

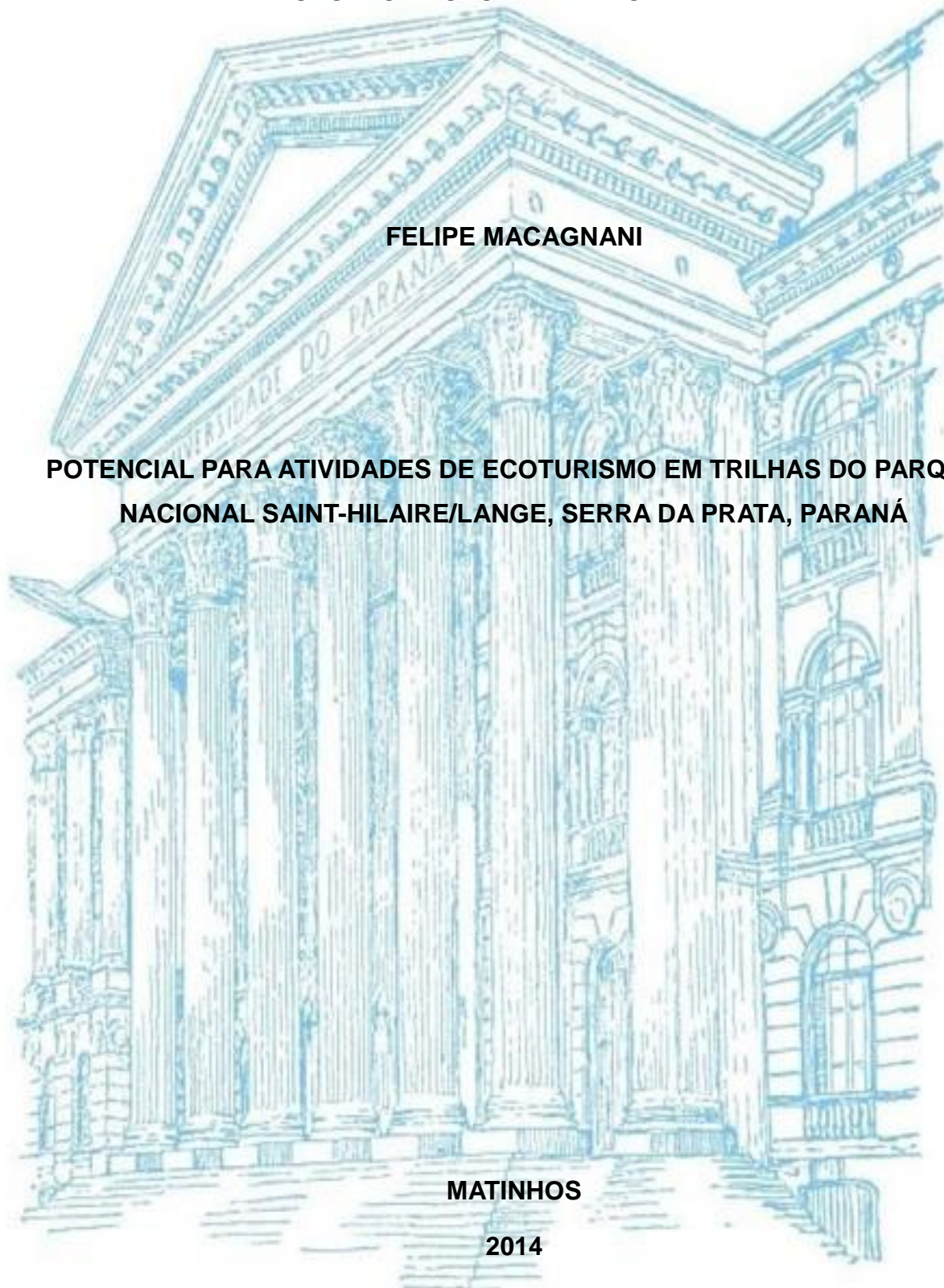
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
GESTÃO DESPORTIVA E DO LAZER**

FELIPE MACAGNANI

**POTENCIAL PARA ATIVIDADES DE ECOTURISMO EM TRILHAS DO PARQUE
NACIONAL SAINT-HILAIRE/LANGE, SERRA DA PRATA, PARANÁ**

MATINHOS

2014



FELIPE MACAGNANI

**POTENCIAL PARA ATIVIDADES DE ECOTURISMO EM TRILHAS DO PARQUE
NACIONAL SAINT-HILAIRE/LANGE, SERRA DA PRATA, PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Gestão Desportiva e do Lazer da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Juliana Quadros

MATINHOS

2014

FELIPE MACAGNANI

POTENCIAL PARA ATIVIDADES DE ECOTURISMO EM TRILHAS DO PARQUE
NACIONAL SAINT-HILAIRE/LANGE, SERRA DA PRATA, PARANÁ.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Gestão Desportiva e do Lazer da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Juliana Quadros

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Ms^a. Isabel Cristina Martines– UFPR

Prof.Dr. Marcelo Chemin - UFPR

RESUMO

O setor turístico brasileiro vem crescendo a cada ano, com isso muitos produtos e serviços são ofertados a fim de satisfazer as motivações dos seus consumidores, um dos seus segmentos em destaque é o Ecoturismo, nesse ramo o desejo de relacionar-se diretamente com a natureza propicia as pessoas motivações e sensações diversas. Com a ascensão do nicho de mercado, a terminologia “Ecoturismo” vem sendo utilizada equivocadamente por empresários do setor, estes usam apenas o significado simbólico da palavra para motivar a venda do produto, dessa maneira impactos negativos são gerados ao meio ambiente divergindo da intencionalidade de sua definição conceitual. A proposta do artigo tem como objetivo diagnosticar o potencial para práticas de Ecoturismo em trilhas do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, Serra da Prata. A metodologia utilizada nesse trabalho cinge a utilização de mapas digitalizados a um formulário que subsidia a interpretação empírica *in loco*, conta também, com o emprego da ferramenta ROS (*Recreational Opportunities Spectrum*) – Espectro de Oportunidades de Recreação) que auxilia a determinar as motivações dos frequentadores. Através da averiguação dos dados, foi possível perceber inúmeras variações de percepção da natureza e de seu potencial, o que leva a considerar que a ausência de um documento regente que subsidie a observação, impõe aos observadores interpretações passíveis da influência de sua individualidade. Ficou assim evidenciado que estudos pré plano de manejo dificultam uma delimitação única do potencial para atividades de Ecoturismo, deixando a interpretação interligado com a subjetividade do observante. Com tudo, esse artigo destaca o olhar promissor para o Ecoturismo no PNSHL e acredita que práticas e iniciativas em harmonia com a natureza e comunidades locais possam, além de valorizar a prática, promover uma conscientização ambiental desde que sua gestão seja realizada de forma correta, além disso, o trabalho traz informações relevantes que contribuirá no subsidio de futuros trabalhos.

Palavras chaves: Ecoturismo – PNSHL – Unidade de Conservação

ABSTRACT

The Brazilian tourism industry is growing every year, with that many products and services are offered to meet the motivations of their consumers, one of its segments focus is ecotourism, this branch the desire to relate directly with nature provides the motivations people and different sensations. With the rise of the niche market, the terminology "Ecotourism" has been misused by business sector, they use only the symbolic meaning of the word to motivate the sale of the product, thus negative impacts to the environment are generated diverging from the intentionality of conceptual definition. The proposed paper aims to diagnose the potential for ecotourism practices in trails of Saint-Hilaire / Lange National Park Serra da Prata. The methodology used in this work gird using scanned documents to a form that supports the empirical interpretation on site, also counts with the use of the tool ROS (Recreational oportunities Spectrum) maps - Recreation Opportunities Spectrum) that helps to determine the motivations of goers. By investigating the data, it was possible to see numerous variations of perception of nature and its potential, which leads to the conclusion that the absence of a conductor document that subsidizes the observation, observers imposes interpretations that could influence their individuality. It was thus demonstrated that preclinical studies management plan hamper a single definition of the potential for Ecotourism activities, leaving the interpretation connected with the subjectivity of the observant. In all, this article highlights the promising look for Ecotourism in PNSHL and believes practices and initiatives in harmony with nature and local communities can, in addition to valuing the practice, promote environmental awareness since its management is carried out correctly, moreover, the work presents relevant information that will help in subsidy for future work.

Key Words: Ecotourism - PNSHL - Conservation Unit

INTRODUÇÃO

Em tempos de megaeventos no Brasil, a visibilidade internacional do país tem crescido, e com ela o setor turístico aproveita a vinda de visitantes estrangeiros para aquecer o mercado e a economia do país. Desta forma, diversas opções de produtos e atividades relacionadas ao turismo vêm sendo ofertadas.

Em seu primeiro momento esse trabalho direciona sua contextualização para o crescimento do turismo brasileiro, enfatizando o segmento do Ecoturismo, atividade crescente que enfoca as relações do homem com o meio ambiente cuja demanda cresce em ritmo acelerado nos últimos anos.

Para enfatizar atividades corporais na natureza, foi escolhida a terminologia “Ecoturismo”, cuja definição do Ministério do Turismo “é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. (Marcos Conceituais – MTur). De acordo com Kinker (2002, p. 09) “O que o diferencia dos outros é que ele abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável”.

Com base na definição de Ecoturismo, esse trabalho perpassa sobre a apropriação do termo pelo turismo de massa, como o significado simbólico da terminologia é utilizado para ofertar atividades e produtos que contrastam com sua definição.

Em outro momento é realizada a caracterização do Parque Nacional Saint Hilaire Lange (PNSHL), área de estudo, onde ocorre o desenvolvimento do trabalho empírico, neste tópico são ressaltadas as trilhas visitadas e é comentado sobre o potencial para atividades de Ecoturismo na região, além de evidenciar os documentos legisladores que atribuem e caracterizam os locais para determinadas práticas.

Esse artigo tem como objetivo geral diagnosticar o potencial do Ecoturismo em trilhas do PNSHL através de ferramentas metodológicas utilizadas *in loco*.

Como objetivos específicos consideram-se;

- a) Contribuir com informações úteis para a elaboração e implantação do programa de uso público do plano de manejo do Parque Nacional de Saint-Hilaire\Lange;
- b) Diagnosticar as potencialidades e fragilidades do PNSHL para a realização de atividades de Ecoturismo;
- c) Fornecer subsídios que visem proporcionar a promoção das atividades de Ecoturismo no PNSHL e seu entorno;
- d) Discutir diferentes formas de se interpretar a terminologia “Ecoturismo”
- e) Ampliar a formação teórica vista em da sala pelo acadêmico do curso de Gestão Desportiva e do Lazer da UFPR.

Nos capítulos posteriores os resultados são apresentados e confrontações de percepções são analisadas a fim de demonstrar os potenciais e dados relevantes sobre as trilhas do PNSHL.

ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSCIENTIZAÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ?

O Turismo vem sendo apontado como uma das atividades econômicas mais lucrativas dos últimos anos. Estimulados pelo crescimento, governantes se preocupam em fomentar políticas públicas ao mesmo tempo em que empresários investem seu capital no aperfeiçoamento de atividades ligadas ao setor, esforços são somados na intenção de usufruir economicamente deste crescente nicho de mercado.

Segundo o Ministério do Turismo (2014), o crescimento do setor Turístico no Brasil nos últimos anos tem alcançado índices nunca atingidos anteriormente. Dados de um estudo realizado em 2013 pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) sobre o impacto do turismo no mundo aponta que o setor turístico brasileiro apresentou uma contribuição total – que inclui as atividades diretas, indiretas e induzidas do turismo – de 9,2% do produto interno bruto (PIB), o equivalente a US\$ 205,6 bilhões (ou R\$ 443,7 bilhões de reais). Já o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2014) comemora o recorde histórico de mais de seis milhões de turistas em 2013.

Motivados pelos megaeventos, Copa do Mundo e Olimpíadas realizados no Brasil em 2014 e 2016 o setor turístico brasileiro cria expectativas e espera participar

da festa e lucrar com os turistas estrangeiros neste período. O governo projeta que os impactos econômicos produzidos pela concentração de quase R\$ 30 bilhões em investimentos no ápice do calendário esportivo da próxima década – a Olimpíada – se multiplicarão por quatro vezes em 2027, gerando mais de R\$ 100 bilhões em riquezas no País, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, 2010).

Com sua segmentação diversificada, o turismo consegue atender inúmeras motivações e os mais variados objetivos de seus visitantes, diante disso um dos segmentos com grande crescimento é o Ecoturismo. Os visitantes deste nicho turístico procuram a vivência e o contato direto com a natureza, tal experiência auxilia na conservação do meio ambiente e contribui para que as comunidades do entorno participem socioeconomicamente do processo. Assim, o Ecoturismo vem crescendo rapidamente e, segundo a Organização Mundial do Turismo, no Brasil, em 2011, o Ecoturismo foi responsável pela movimentação de 6,775 bilhões de dólares e enquanto o turismo cresceu 7,5% ao ano, o ecoturismo cresceu mais de 20% como relatado por Nakagawa (2014).

Com a crescente demanda de visitantes e seu faturamento, nota-se que o termo “Ecoturismo” pode ser empregado de duas formas; se utilizado seguindo sua definição conceitual, contribui com a conscientização ambiental/ecológica o que traz benefícios para a natureza, para seus visitantes e para as comunidades locais. Desta forma permite a vivência do que considera Meirelles-Filho (2005) “uma necessidade clara e inadiável que o ser humano tem do contato com o meio natural”. No entanto o termo “Ecoturismo” pode ser utilizado por empresários do “Turismo de massa” que se apropriam da nomenclatura “ambientalmente correta” para de forma indiscriminada obter lucros e acabam por impactar de forma negativa os recursos naturais e as comunidades locais.

Os locais mais favoráveis ao Ecoturismo são as Unidades de Conservação, estes locais contam com um sistema legislador chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), que criado pela lei 9.985, de 18 de julho de 2000, foi gerado como resposta ao Art. 225, inciso 1º do Capítulo VI da Constituição Federal e determina a definição de espaços protegidos. O SNUC por sua vez define oficialmente em seu artigo 2º, Unidades de Conservação como:

espaços territoriais com seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Cap.I, Art.2, inciso I da Lei nº 9.985 de 18/07/2000).

Para que as específicas normas e restrições de visitação sejam respeitadas as Unidades de Conservação devem contar com o instrumento de gerenciamento e planejamento chamado Plano de Manejo que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação é um:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Cap.I, Art.2, inciso XVII da Lei nº 9.985 de 18/07/2000).

Neste documento devem conter as diretrizes básicas para a implementação de políticas e técnicas administrativas para os recursos naturais da região, visa assim, proporcionar condições para a interação das comunidades do entorno e dos visitantes com os elementos ambientais que se pretende preservar e conservar.

Para que seus recursos naturais e a visitação sejam administrados de maneira coesa, as Unidades de Conservação são divididas em Unidades de Uso Sustentável, onde se envolve coleta e (uso comercial ou não) dos recursos naturais ou podem ser Unidades de Proteção Integral, onde não se envolve consumo e coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (SNUC). Nessa delimitação se enquadram doze categorias entre as unidades de Uso Sustentável estão, Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e entre as de Proteção Integral estão, Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Nacional (MN) e Refúgio da Vida Silvestre.

Para a prática do Ecoturismo, a categoria mais procurada tem sido os Parques, podendo ser eles, federais, estaduais ou municipais, como objetivo essa categoria alia o uso público a conservação de seus ecossistemas, segundo o SNUC (2000):

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Cap.III, Art.11, da Lei nº 9.985 de 18/07/2000).

Por outro lado, a demanda crescente de visitantes nessas áreas incide maiores preocupações quanto ao uso recreativo ou turístico, desta forma, recai no programa de uso público da UC: uma elaboração sistematizada das características físicas, biológicas e socioeconômicas a fim de considerar a capacidade de carga antrópica para cada zona. Segundo Vallejo (2013 *apud* MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005) a definição atual de *uso público* está associada ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes.

O Programa de Uso Público no plano de manejo vem sendo apontado, por vários autores, entre os quais, TAKAHASHI (2004), SANTOS-JUNIOR (2006), LECHNER (2006) e GUIMARÃES E CANEPARO (2007), como uma indispensável ferramenta de preservação da natureza e consciência ambiental em Unidades de Conservação, essa consciência pode ser adquirida através da prática de esportes e atividades de lazer, desde que critérios sejam estabelecidos participativamente com todos os atores sociais diretamente e indiretamente impactados com as ações.

Desta forma a elaboração do programa de uso público é uma condicionante imprescindível para que o parque possa ser manejado “aliando seus objetivos de manejo ao elevado grau de atratividade de sua área, e possibilitando diversas atividades de visitação de acordo com seu Plano de Manejo” (MACHADO, 2005, p/45).

O propósito de homogeneizar a visitação com a minimização dos impactos na natureza, estas legislações e ferramentas se aplicadas coesamente tendem a motivar o Turismo Sustentável, que segundo definição do Acordo de Mohonk, "Turismo Sustentável é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e socioculturais, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países)." (INSTITUTO ECOBRASIL, 2009).

PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE LANGE: POTENCIALIDADES PARA O ECOTURISMO

Criado em 23 de maio de 2001 por meio da Lei nº 10.227, o Parque Saint Hilaire Lange (PNSHL) está localizado no litoral do Paraná a apenas 100 km da capital do estado, Curitiba, e a 40 km da cidade portuária de Paranaguá. Situa-se na porção sul da Serra do Mar paranaense, fazendo divisa com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do Rio Cubatãozinho, abrangendo regiões que variam de 10 metros sobre o nível do mar até as montanhas do maciço Serra da Prata, com altitudes superiores a 1.400 metros. Inserido na Biosfera da Mata Atlântica o PNSHL protege um dos trechos mais bem conservados de Mata Atlântica no país, conta com cenários naturais como, por exemplo: a Cachoeira da Quintilha, Cachoeira do Rio das Pombas, Morro do Escalvado ou Morro da Cruz, Salto do Tigre, Salto Parati e Torre da Prata, além de trilhas com diferentes níveis de dificuldade que conduzem o visitante por variados ambientes, dando oportunidade para observação de aves e belezas cênicas, esses cenários atraem uma expressiva quantidade de pessoas durante o ano (PNSHL,2013). No entanto, o Parque não possui plano de manejo definido e estruturas de apoio à visitação, tais como um centro de visitação e sinalizações em trilhas, para a implementação destas estruturas se faz necessário a estruturação do programa de uso público e conseqüentemente o plano de manejo da unidade. Além das cachoeiras e trilhas já existentes, uma vasta área repleta de possibilidades para atividades de Ecoturismo ainda se encontra inexplorada e demandando um estudo que possa analisar tal possibilidade.

O (PNSHL) está situado no litoral do Estado próximo da capital onde o turismo é a principal atividade econômica; fica próximo de núcleos urbanos que já dispõe de alguma infraestrutura, (municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Morretes), essa localização favorece a visitação e a prática de inúmeras atividades, mas para que a demanda turística possa ser atendida respeitando as especificidades biofísicas da unidade é preciso que estudos sejam realizados com o intuito de produzir informações que subsidiem a construção dos documentos legisladores da unidade.

Uma iniciativa da unidade gestora do PNHSL, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi à formação do Conselho Consultivo do PNSHL no ano de 2007. Neste espaço, representantes das comunidades locais, do poder público, da iniciativa privada e de Organizações não governamentais discutem conjuntamente assuntos referente ao parque. Desse modo segundo Flores (2006),

o território construído passa a ser um espaço de desenvolvimento multidimensional, onde as diferentes racionalidades das sociedades interagem, cujos resultados estão relacionados à potencialidade criada pelo capital social existente, ou que seja mobilizado pela interação com organizações que apoiem o rompimento de impedimentos político institucionais locais.

Esta forma participativa vai de encontro às diretrizes para participação das comunidades locais e populações tradicionais na gestão da visitação em Unidade de Conservação e auxilia no processo de construção territorial, Santos (2002) *apud* Flores, (2006) denomina esse processo de reterritorialização, ou seja, a “*redescoberta do sentido de lugar e da comunidade*”. Com essa redescoberta o sentimento de pertencimento ao lugar é reforçado, sentimento esse corroborado pela idéia de Albagli (2004), que considera que o “sentimento de pertencimento é um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico”, o que significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade.

Visto as ações realizadas pré plano de manejo pela unidade gestora do PNSHL, (ICMBio) e os inúmeros atrativos naturais, as expectativas futuras quanto a um “Turismo Sustentável” ou da prática do Ecoturismo na região são promissoras, desde que as ações sejam pensadas considerando a visão das comunidades locais e assim visem planejar a utilização indireta e controlada dos recursos naturais de forma sustentável, ou seja, respeitando a capacidade de suporte do ecossistema e os mecanismos de renovação dos recursos bióticos e abióticos.

METODOLOGIA

ANÁLISE DE INVENTÁRIOS E MAPAS DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO DA ÁREA DO PNSHL

Inicialmente diante da necessidade de conhecer a área de estudo, a presente análise utilizou a pesquisa de GUIMARÃES E CANEPARO (2007), que identifica as áreas adequadas para implantação de infraestrutura arquitetônica no PNSHL,

verificou-se que a análise realizada pondera vários aspectos pertinentes a esse estudo como, vegetação, classe de declive, classe de solos, distância entre rios e distância entre estradas, fornecendo mapas digitalizados destas características. Através da apropriação do estudo e de seus dados pode-se vislumbrar melhor a área do Parque e conseqüentemente possíveis cenários para a prática de esportes ou atividade de lazer, além de ajudar, a saber, onde podem ser construídas estruturas arquitetônicas como um centro de visitação ou de apoio à prática de determinada atividade corporal na natureza.

DIAGNÓSTICO INTERPRETATIVO *IN LOCO* DE QUATRO TRILHAS DO PNHSL E ENTORNO

Para o diagnóstico empírico foram escolhidas quatro trilhas cujo perímetro se encontra sob jurisdição do PNHSL, as trilhas analisadas foram as trilha de acesso ao Salto do Tigre, ao Salto Parati, à Cachoeira da Quintilha e a Trilha do Cabaraquara – Tabuleiro. As trilhas foram selecionadas por já serem locais visitados, o que acredita-se ser uma variável adequada à metodologia proposta neste estudo.

A metodologia de coleta de dados em campo foi constituída de dois métodos, um de interpretação e outro de diagnóstico. Para o de interpretação foi utilizada a ferramenta de planejamento, referenciada como “Espectro de Oportunidades Recreativas (*Recreation Opportunity Spectrum – ROS*)” que é fundamentado no manejo baseado em experiência, ou seja, caracteriza as oportunidades de recreação como a combinação de ambientes e experiências prováveis.

O espectro de oportunidades recreativas se organiza em zonas de manejo no contexto regional incluindo o conjunto de parques, zonas turísticas e outras áreas protegidas. O gradiente de zonas varia entre as mais primitivas às urbanas, considerando as características do contexto biofísico, social e administrativo da região. Em cada zona, ou classe de oportunidade recreativa, indicadores como naturalidade, evidência de atividades humanas, distância de áreas humanizadas, tipo de acesso, número de pessoas encontradas, nível de infraestrutura, presença de pessoal da UC e outros são considerados. O zoneamento é baseado na proteção e na capacidade dos recursos naturais, na capacidade de manejo e nas diretrizes legais, nas preferências dos visitantes e de outros usuários. De acordo com LECHNER (2006) o ROS utiliza o conceito de zoneamento e tem por objetivo

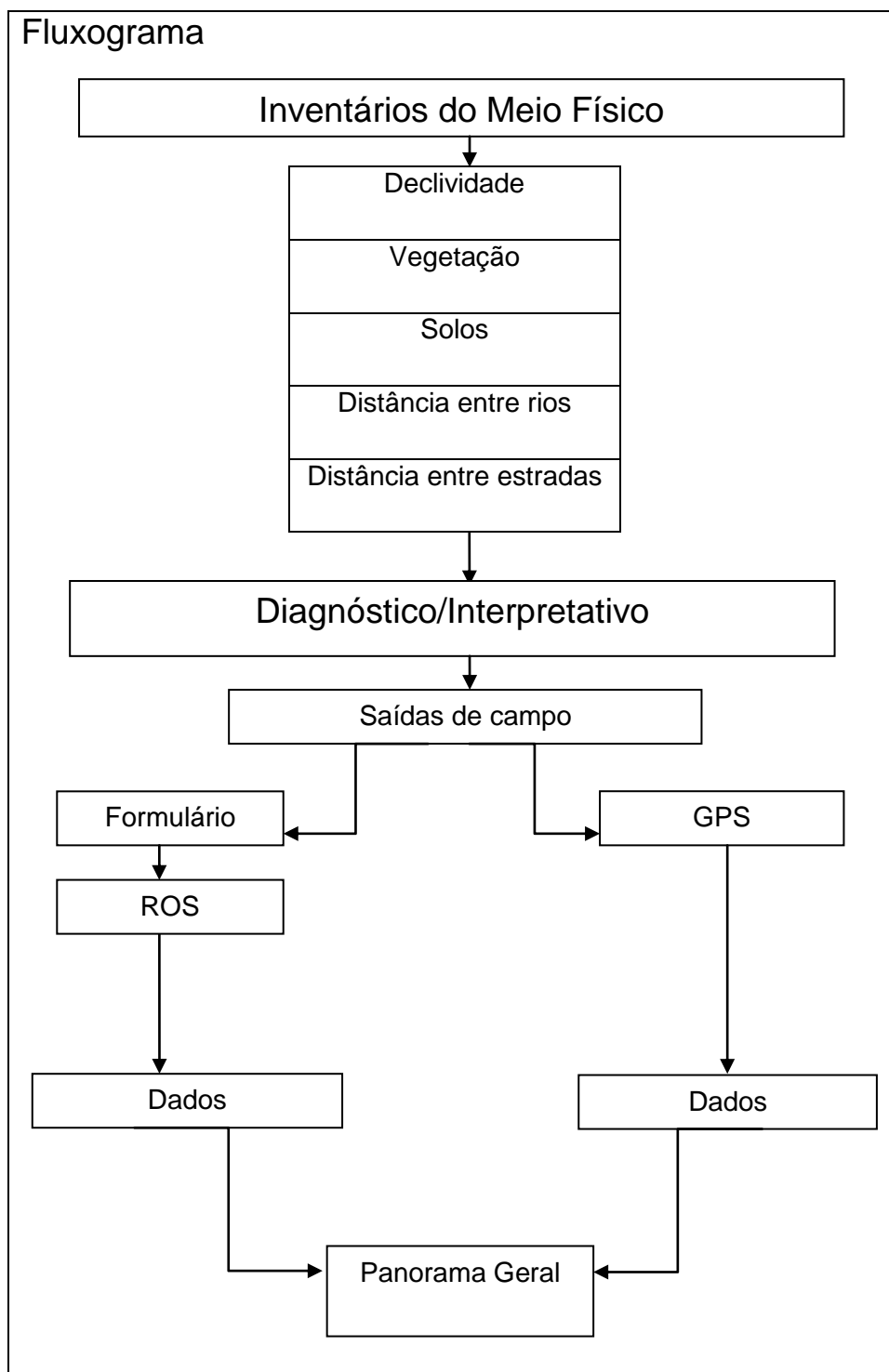
determinar a capacidade de carga, monitorar os impactos da visitação e ordenar as condições de uso para cada zona da área protegida. As zonas são determinadas pela integração de características biofísicas, sociais e administrativas.

Na segunda etapa da coleta, o diagnóstico foi desenvolvido a partir da construção de um formulário cujas informações a serem coletadas foram determinadas pelo conhecimento teórico adquirido em sala de aula através do módulo Esporte Lazer e Meio Ambiente ofertado ao curso de Gestão Desportiva e do Lazer (GDL), da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. A aplicação do formulário e coleta de dados foi realizada em parceria com a Prof^a. Isabel Martines, professora do curso de GDL da UFPR e ministrante do módulo Esporte Lazer e Meio Ambiente II e os estudantes da turma de GDL 2012 atualmente matriculados neste módulo. Os estudantes contaram com uma explicação de duas horas onde puderam conhecer o objetivo do trabalho, seus métodos de análise e os procedimentos a serem seguidos no campo, nesse momento foi esclarecido que cada estudante deveria preencher um formulário individualmente contanto com o apoio de tabelas de orientação da ferramenta ROS, dando assim o direcionamento para pesquisa. Através desta parceria a coleta de dados *in loco* foi planejada e seguiu um cronograma de quatro saídas a campo (dia 22/03; 29/03; 12/04 e 26/04 de 2014) com um grupo de cinco acadêmicos por saída.

Sobre o formulário, seu desenvolvimento foi pensado como forma de subsidiar e contrapor a ferramenta de análise (ROS), com perguntas específicas como acessibilidade, logística, segurança, sinalização, quais práticas de atividades de esporte e lazer poderiam ser realizadas, uso e ocupação do solo, primeiros socorros e pontos positivos e negativos considerando características físicas e naturais, dando assim uma melhor conjectura de dados.

Como auxílio tecnológico foi utilizado em todas as saídas a campo o GPS (Sistema de Posicionamento Global), com ele informações como distâncias, tempo necessário para deslocamento na trilha e variação de altura durante a trilha foram coletadas, além dos *waypoints* marcados pelos acadêmicos a cada evidência relevante ao estudo observada. Os dados obtidos através do GPS foram transferidos para o computador e processados com auxílio do programa *MapSource* e posteriormente salvos no formato de imagem *gpx* para então possibilitar a conversão de todas as informações dos *waypoints* para o *googleearth* através do site www.gpsies.com. Compilando os dados obtidos em todas as etapas do trabalho pode ser construído

um panorama geral que aponta as possíveis atividades de Ecoturismo nas trilhas analisadas.



RESULTADO E DISCUSSÕES

Considerando as interpretações dos observadores e do pesquisador, discriminam-se individualmente nesta seção os dados obtidos em cada trilha, analisando cada método empregado com auxílio de quadros e mapas.

Cabe ressaltar que cada mapa evidencia o ponto a origem, o começo e fim da trilha.

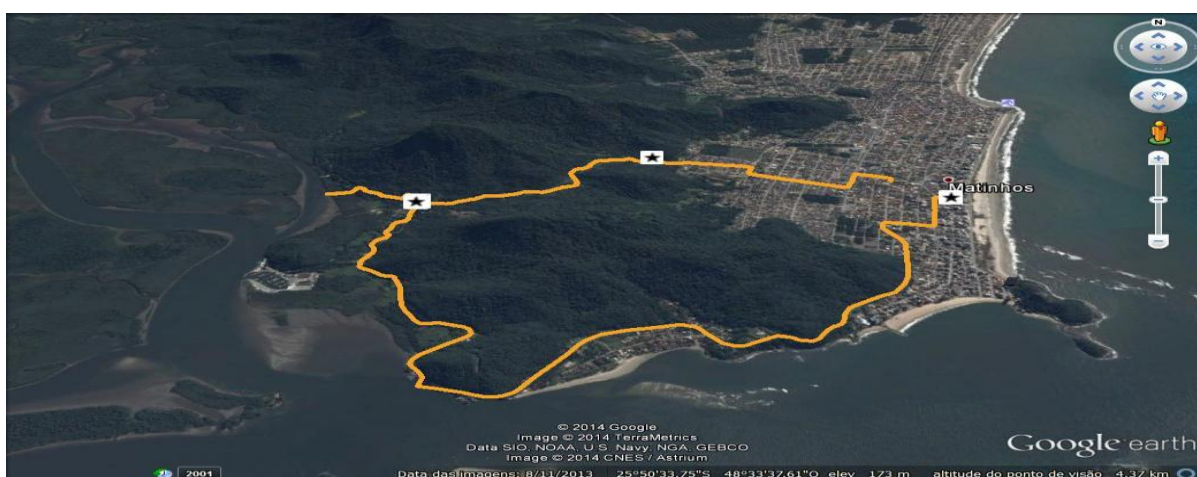


FIGURA 1 – MAPA AÉREO TRILHA DO CABARAQUARA
 FONTE: Google Earth (2014), Modificado pelo autor (2014)

QUADRO 01 – DADOS TRILHA DO CABARAQUARA

ITEM	PESQUISADOR	OBSERVADOR A	OBSERVADOR B
Infraestrutura	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local); Alimentação (comércio local) e Identificação dos gestores/responsável pelo local	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Alimentação (comércio local); Identificação do visitante; Banheiros públicos; Sinalização visual (placas de orientação) e Disponibilização de guias.	Acessos locais (como se deslocar-se no local) e Alimentação (comércio local).
Atividades com potencial para prática	Caminhada; Ciclismo (mountain bike) e Educação Ambiental.	Caminhada; Canoagem; Educação Ambiental; Mergulho livre ou com equipamentos; Navegação motorizada; Observação da vida selvagem; Observatório de paisagem mais estruturados e Pesca.	Arvorismo; Caminhada; Canoagem; Ciclismo; Educação ambiental; Navegação motorizada; Observação da vida selvagem e Pesca.
Itens presentes durante o percurso	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado; Multiplicidade de trilhas; Vestígios de visitação e nascente	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado; Multiplicidade de trilhas e Presença de resíduos sólidos ou efluentes líquidos.	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado e
Uso de captação do solo	Captação de água	Agricultura	Piscicultura e área urbanizada.
Pontos positivos e negativos considerando as características físicas naturais	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens; Características naturais como flora, fauna e corpos d'água e Oportunidade de interpretação da natureza. Negativos: Conflito com usuários tradicionais.	Positivo: Interpretação da natureza e Negativo: Áreas frágeis como campos ou brejos.	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens; Características naturais como flora, fauna e corpos d'água.

Caracterização utilizando ferramenta Ros	Rural/Natural/Rural	Zona Rural.	Zona Rura Continua
--	---------------------	-------------	---------------------------

QUADRO 01 – DADOS TRILHA DO CABARAQUARA

continuação

ITEM	OBSERVADOR C	OBSERVADOR D	OBSERVADOR E
Infraestrutura	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Água potável gratuita; Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc.).	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local); Água potável gratuita e Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc.).	xxxxx
Atividades com potencial para prática	Caminhada; Educação Ambiental e Observação da vida selvagem.	Acampamento; Caminhada; Cavalgadas; Ciclismo; Educação Ambiental; Observação da vida selvagem e Observatório de paisagens mais estruturados.	xxxxx
Itens presentes durante o percurso	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado e Vestígios de visitação.	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado; Multiplicidade de trilhas; Vestígios de visitação; Córrego e *Nascente.	xxxxx
Uso de captação do solo	Agricultura e Captação de água	Captação de água	xxxxx
Pontos positivos e negativos considerando as características físicas naturais	Positivo: Fenômenos geológicos ou naturais únicos e Oportunidade de Interpretação da natureza.	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens; Características naturais como flora, fauna e corpos d'água e Oportunidade de interpretação da natureza.	xxxxx
Caracterização utilizando ferramenta Ros	Zona Semiprimtiva.	Zona Semiprimiitva	xxxxx

FONTE: O autor

QUADRO 02 – DADOS GPS

Elevação máxima	Cento e trinta e seis metros
Distância da trilha	Cinco quilômetros cento e vinte cinco metros

FONTE: O autor

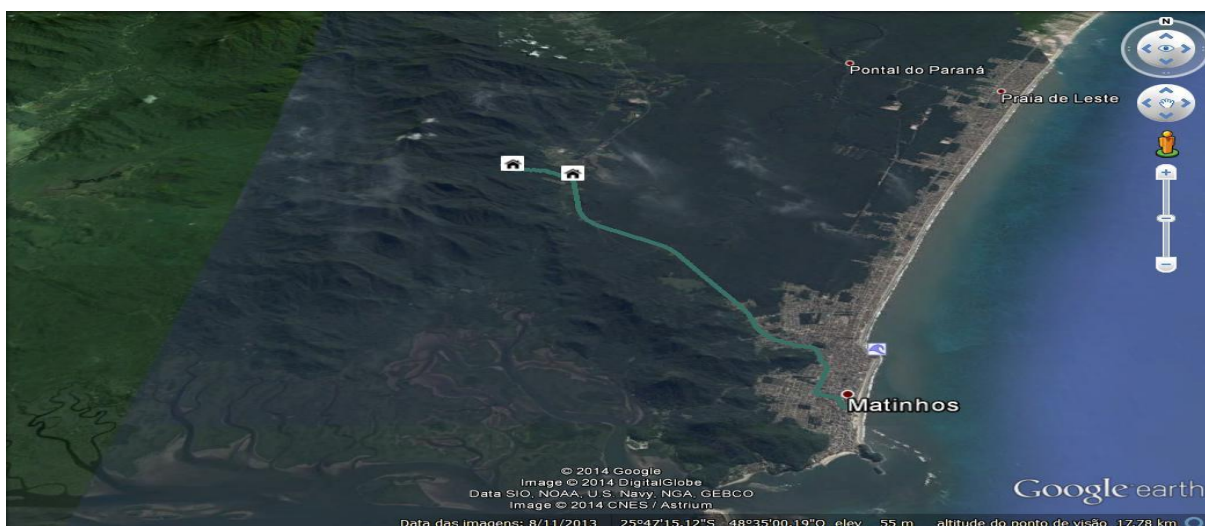


FIGURA 2 – MAPA AÉREO DATRILHA DE ACESSO AO SALTO DO TIGRE
 FONTE: Google Earth (2014), Modificado pelo autor (2014)

QUADRO 03 - DADOS TRILHA DE ACESSO AO SALTO DO TIGRE

ITEM	PESQUISADOR	OBSERVADOR A OBSERVADOR B	OBSERVADOR C OBSERVADOR D	OBSERVADOR E
Infraestrutura	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local); Identificação dos gestores/responsável pelo local; Sinalização visual (placas de orientação); Sinalização de trilhas (cordas, setas, etc.)	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local). Alimentação (comércio local); Pagamento de taxa obrigatória e Sinalização visual (placas e orientação).	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Alimentação (comércio local); Iluminação; Identificação do visitante e Sinalização visual (placas e orientação).	Acessos locais (como se deslocar-se no local). e Sinalização visual (placas e orientação).
Atividades com potencial para prática	Arvorismo; Caminhada; ; Educação Ambiental e Observação da vida selvagem	Acampamento; Educação Ambiental; Flutuação e Pesca.	Educação Ambiental; Rafting e Pesca.	Rafting.; Mergulho livre com Equipamentos e Caminhada.
Itens presentes durante o percurso	Presença de erosão nas trilhas; Multiplicidade de trilhas; Vestígios de visitação e Cachoeira.	Vestígios de visitação e Cachoeira.	Cachoeira	Cachoeira; Multiplicidade de trilhas e Nascente.
Uso de captação do solo	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
Pontos positivos e negativos considerando as características físicas naturais	Aspectos Cênicos e paisagens ;Características naturais como flora, fauna e corpos d'água e Oportunidade de interpretação da natureza. Negativo: Conflito com usuários tradicionais.	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens; Características naturais como flora,fauna e corpos d'água e Oportunidade de interpretação da natureza.	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Características naturais como flora, fauna e corpos d'água.	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens; Características naturais como flora, fauna e corpos d'água.
Caracterização utilizando ferramenta Ros	Natural/Semiprimtiva	Semiprimiitva	Natural	Natural

FONTE: O autor

QUADRO 04 – DADOS GPS

Elevação máxima	Cento e quarenta e quatro metros
Distância da trilha	Cinco quilômetros e cem metros

FONTE: O autor

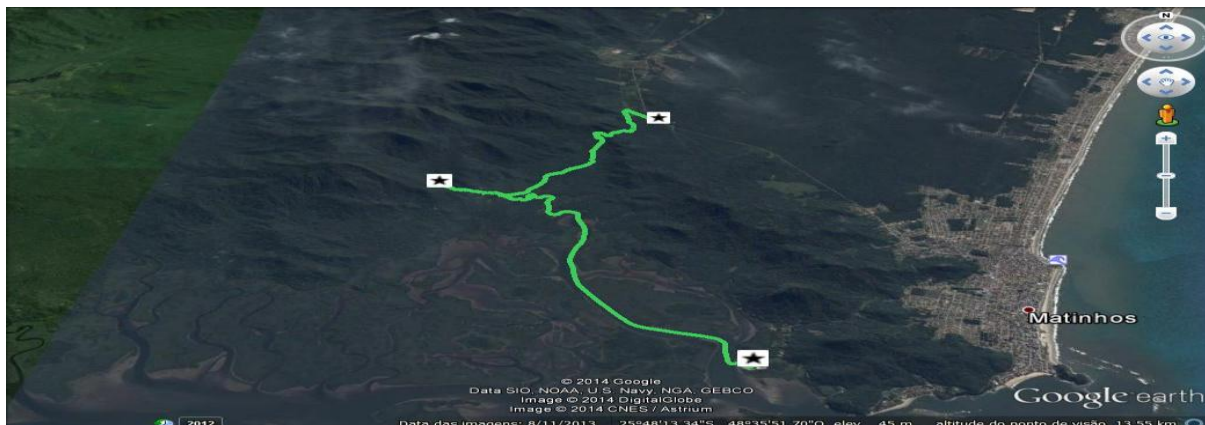


FIGURA 3 – MAPA AÉREO DATRILHA DE ACESSO AO SALTO PARATI

FONTE: Google Earth (2014), Modificado pelo autor (2014)

QUADRO 05 - DADOS DA DATRILHA DE ACESSO AO SALTO PARATI

ITEM	PESQUISADOR	OBSERVADOR A	OBSERVADOR B	OBSERVADOR C
Infraestrutura	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local); Pagamento de taxas obrigatórias; Alimentação (comércio local); Identificação dos gestores/responsáveis pelo local e Sinalização visual (placas e orientação).	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Acesso ao local (transporte, como chegar); Alimentação (comércio local); Identificação dos gestores/responsáveis pelo local; Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc); Lixeiras Sinalização visual (placas e orientação) e Sinalização de trilhas (cordas, setas, etc).	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Alimentação (comércio local); Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc); Lixeiras e Sinalização visual (placas e orientação).	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Alimentação (comércio local); Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc); Lixeiras e Sinalização visual (placas e orientação).
Atividades com potencial para prática	Acampamento; Caminhada; Ciclismo (mountains bike); Educação Ambiental; Observação da vida selvagem e Observatório de paisagens mais estruturados (mirante, passarelas e etc).	Acampamento; Arvorismo; Educação Ambiental; Flutuação; Mergulho livre com Equipamentos e Tiroleza.	Acampamento; Arvorismo; Caminhada; Cachoerismo; Flutuação; Mergulho livre com Equipamentos e Tiroleza	Acampamento; Arvorismo; Caminhada; Cachoerismo; Flutuação; Mergulho livre com Equipamentos e Tiroleza.
Itens presentes durante o percurso	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado e Multiplicidade de trilhas e Cachoeira.	Presença de erosão nas trilhas; Cachoeira e Multiplicidade de trilhas	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado e Multiplicidade de trilhas.	Presença de erosão nas trilhas; Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado e Multiplicidade de trilhas.
Uso de captação do solo	Captação de água	Captação de água	xxxxx	xxxxx
Pontos positivos e negativos considerando as características físicas naturais	Aspectos cênicos e paisagens; Fenômenos geológicos ou naturais únicos; Características naturais como flora e fauna e corpos d'água e oportunidade de interpretação da natureza	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Características naturais como flora, fauna e corpos d'água.	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Características naturais como flora, fauna e corpos d'água	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Características naturais como flora, fauna e corpos d'água
Caracterização utilizando ferramenta Ros	Natural/Rural/Natural/Rural	Semiprimiiva	Rural	Rural

FONTE: O autor

QUADRO 06 – DADOS GPS

Elevação máxima	Cento e dez metros
Distância da trilha	Seis quilômetros e oitocentos metros

FONTE: O autor

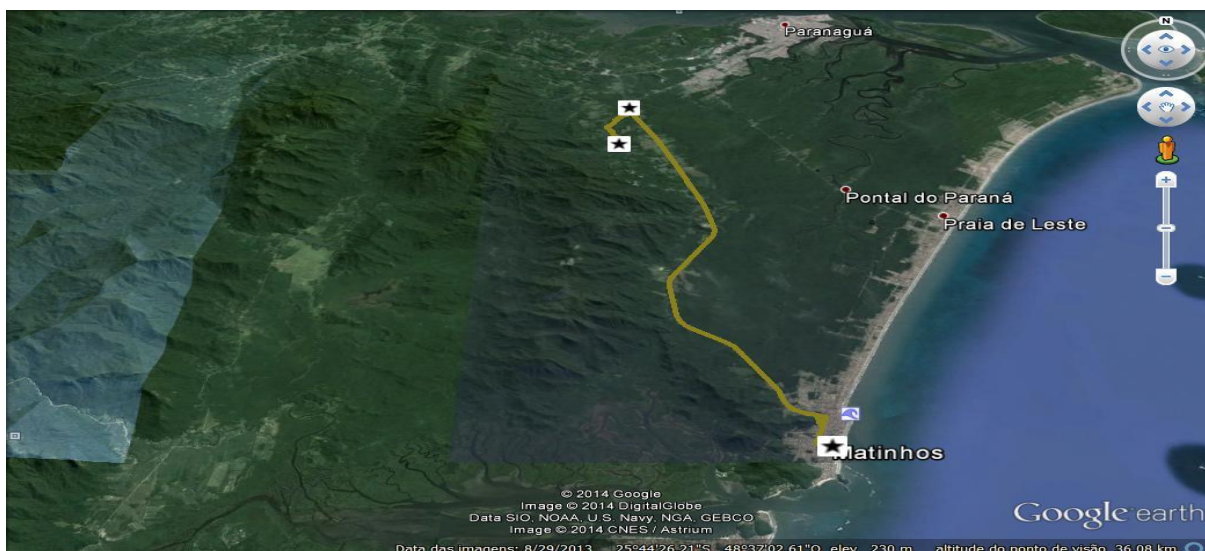


FIGURA 4 – MAPA AÉREO DA TRILHA DE ACESSO A CACHOEIRA DA QUINTILHA

FONTE: Google Earth (2014), Modificado pelo autor (2014)

QUADROS 07 – DADOS DA TRILHA DE ACESSO A CACHOEIRA DA QUINTILHA

ITEM	PESQUISADOR	OBSERVADOR A OBSERVADOR B	OBSERVADOR C OBSERVADOR D
Infraestrutura	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local); Pagamento de taxas obrigatórias; Alimentação (comércio local); Identificação dos gestores/responsáveis pelo local; Sinalização visual (placas e orientação) e banheiros públicos; lixeiras e Sinalização visual.	Acessos locais (como se deslocar-se no local); Alimentação (comércio local); Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc); Lixeiras e Sinalização visual (placas e orientação).	Acesso ao local (transporte, como chegar); Acessos locais (como se deslocar-se no local); Pagamentos de taxas obrigatórias; Alimentação (comércio local); Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc) e Sinalização visual (placas e orientação).
Atividades com potencial para prática	Acampamento e Educação Ambiental.	Acampamento; Caminhada; Cachoerismo; Flutuação; Observação da vida selvagem e Pesca	Caminhada; Ciclismo; Educação Ambiental; Flutuação; Observação da vida selvagem e Pesca
Itens presentes durante o percurso	Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado; Vestígios de visitação; Multiplicidade de trilhas; Presença de Resíduos Sólidos ou Efluentes Líquidos e Cachoeira.	Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado; Vestígios de visitação e Multiplicidade de trilhas.	Resíduos Orgânicos ou lixo industrializado; Vestígios de visitação e Multiplicidade de trilhas.
Uso de captação do solo	Captação de água	xxxxx	Captação de água
Pontos positivos e negativos considerando as características físicas naturais	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Oportunidade de interpretação da natureza	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Oportunidade de interpretação da natureza	Positivo: Aspectos Cênicos e paisagens e Oportunidade de interpretação da natureza
Caracterização utilizando ferramenta Ros	Rural	Rural	Natural

FONTE: O autor

QUADRO 08 – DADOS GPS

Elevação máxima	Oitenta e quatro metros.
Distância da trilha	Quatro quilômetros e quatrocentos metros.

FONTE: O autor

DISCUSSÃO

Trilha do Cabaraquara, nessa trilha a identificação realizada por observadores e pesquisador revelou uma variação nos dados encontrados, na trilha analisada o OBSERVADOR A marcou em seu formulário características presentes no local como banheiro público e disponibilização de guias, já o OBSERVADOR B observou o potencial para prática de navegação motorizada, por sua vez o OBSERVADOR D identificou água potável gratuita. Tendo como base registros fotográficos e a percepção do pesquisador para o mesmo percurso fica evidente os equívocos na percepção do OBSERVADOR A, B e D. Com a quantificação de dados do percurso verificou-se diferenças entre as atividades potenciais para prática, nesse quesito as únicas atividades com um parecer unânime foram a caminhada e educação ambiental. Cabe ressaltar que o OBSERVADOR E não entregou seu formulário e por isso seus dados não foram quantificados e analisados.

Trilha de acesso ao Santo do Tigre, nesse percurso após seu término, foi visto que o formulário havia sido preenchido em dupla e individualmente por apenas o OBSERVADOR E, desta forma os dados quantificados constituem em dois formulários a percepção de dois observadores. Nesse percurso afirmações dos OBSERVADORES A e B apontam pagamento de taxa obrigatória e alimentação no local, estas informações são contrapostas pelo pesquisador apesar dos OBSERVADORES C e D também afirmarem que existência de alimentação no local, além, de iluminação e possibilidade de se praticar rafting, um ponto corroborado também pelo OBSERVADOR E que assinalou também o potencial para prática de rafting. Informações uniformes entre pesquisador e observadores são que existe sinalização da trilha, que são pontos positivos, os aspectos cênicos e paisagens, as características naturais como flora, fauna e corpos d'água e que existe uma cachoeira.

Trilha de acesso ao Salto Parati, neste percurso a mesma divergência entre percepção do pesquisador e percepção dos observadores são comprovados, itens marcados como; potencial para prática de flutuação e mergulho com equipamentos

foram marcados por todos os observadores, assim como a existência de lixeiras e Órgão fiscalizador (IAP, IBAMA, etc). Nesta trilha o OBSERVADOR A junto com o pesquisador foram os únicos a evidenciar a presença da cachoeira, item muito evidente nesse percurso. Nessa saída de campo apenas três dos cinco observadores participaram da coleta dos dados.

Trilha de acesso a Cachoeira da Quintilha, novamente foi notado que as percepções são ambíguas, pode-se verificar a imprecisão nos dados ao contrapor as informações entre os OBSERVADORES A e B, C e D e o pesquisador. No trajeto a marcação do formulário foi realizada em dupla e um dos observadores não compareceu para a coleta. Desta forma não foram atribuídos valores para alguns itens assinalados por todos, já que não se pode determinar uma caracterização fidedigna do percurso.

Verificando a contraposição de dados entre os observadores e pesquisador durante o mesmo percurso é possível perceber inúmeras variáveis de percepção e interpretação sobre o local, esta divergência de opiniões não legítima a concluir quais são as características e potencialidades para prática de Ecoturismo nas trilhas analisadas. As informações divergentes são evidenciadas no preenchimento do formulário e conseqüentemente para o método ROS.

Analisando a ferramenta ROS, foi notado através da percepção do pesquisador que as características para uma determinada zona variam muito nas trilhas analisadas, por exemplo: em alguns momentos em uma trilha não era claro dizer qual a zona se estava, as características das trilhas indicavam uma zona e as características das instalações indicam outra, por vários momentos essa divergência foi presenciada o que prejudicou na caracterização de uma zona e inviabilizou a utilidade da ferramenta.

Foi possível verificar que no formulário alguns termos, nomenclaturas e significados não foram compreendidos pelos observadores, desta forma informações nas quais não existiam no local foram marcadas erroneamente comprometendo a validade das informações.

Considerando a subjetividade dos dados, esta discussão evidencia como as individualidades dos observadores influenciaram em suas interpretações da realidade. Corroborado pela idéia do filósofo Paul Ricoeur no trabalho de (TOURINHO, 2014) a subjetividade dos sujeitos e assim suas diferentes interpretações do real, pode-se presumir que as díspares informações obtidas no

trabalho são fruto de uma criação do sistema social cujas impressões e estímulos externos associado a razões intrínsecas diversas, direcionam o observador a uma visão singular de seu mundo.

Considerando as interpretações entre pesquisador e observadores, cabe ressaltar o conhecimento do local adquirido pelo pesquisador anteriormente e de suas especificidades através de pesquisas e bibliografias consultadas, pondera-se que este é um fator determinante para um olhar mais afinado para os itens relacionados no formulário.

Diante da complexa realidade com que se apresentam a interpretação dos dados, o único dado fidedigno obtido é fornecido através do GPS, com esses resultados à distância da trilha e sua elevação máxima podem ser consideradas fiéis para cada trilha. Não se pode atribuir valores nos dados registrados por unanimidade visto que as percepções variaram muito em outros itens do formulário.

CONCLUSÃO

Diante da análise e das discussões dos resultados, pode-se afirmar que no método empregado para caracterização das trilhas não determina a fidedignidade das informações. Outro ponto a considerar foi à inconsistência da ferramenta de planejamento ROS para as trilhas analisadas, supõem que esse método possa ter mais eficácia em percursos cuja variação das características de trilhas e instalações fossem menores, isto é, um percurso mais longo e menos explorado.

Independente da subjetividade dos dados foi possível observar a inequívoca vocação do PNSHL e das suas trilhas para atividades de Ecoturismo, assim se espera que com a criação do plano de manejo e o desenvolvimento de seu programa de uso público, o panorama para o Ecoturismo seja delimitado e possibilite a consciência sobre a atuação e, por conseguinte, o envolvimento efetivo na transformação social. Na mesma linha de argumentação espero que a definição conceitual de Ecoturismo, possa ser aplicada de forma correta e que a futuras promoções das atividades contribuam com a qualidade do meio ambiente e com as comunidades locais.

O trabalho levantou a tona uma discussão na qual os objetivos iniciais não previam porem, as especificidades encontradas durante a aplicação da metodologia

direcionou o olhar para outro foco. A subjetividade no olhar de cada indivíduo com base em seu conhecimento específico do local, metodologia, e inúmeras outras variáveis, influenciaram nitidamente na percepção do sujeito, sendo assim essas foram determinantes para que as informações fossem díspares, mas, nos trouxe a reflexão sobre como os métodos científicos que utilizam pessoas como observadores são no mínimo questionáveis. Diante do exposto, conclui-se com a citação de BEAUCLAIR, (2004, p. 42).

[...] pois vivemos uma época de crise, resultante da linearidade do pensamento cartesiano-newtoniano, que precisa ser suplantado por não mais dar conta do pensamento humano, das ciências, das práticas sociais, dos problemas ambientais que estamos, todos, submersos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALBAGALI, S. **Território e territorialidade**. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

BEAUCLAIR, J. **Psicopedagogia**. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **Brasil, bola da vez: Negócios e investimentos a caminho dos megaeventos esportivos**. 2010. Disponível em http://www.deloitte.com/view/pt_br/br/conteudos/estudosepesquisas/f271d4884fbc9210VgnVCM200000bb42f00aRCRD.htm#. Data de acesso: 25/06/2014.

EMBRATUR. **Brasil é o 6° no mundo em economia do Turismo**. Disponível em Http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Brasil_e_o_6_no_mundo_em_economia_do_Turismo.html. Data de acesso: 21/03/2014.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – Uma visão do estado da arte: Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP**, 2006.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Conceitos**. Disponível em <http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=51&sid=5>. Data de acesso: 21/04/2014.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papyrus, 2002.

LECHNER.L. **Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação**: Cadernos de conservação, ano 03, n° 03, junho de 2006.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável**: A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

MEIRELES FILHO, J. **O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental**. R. Mendonça & Neiman (orgs). In: Ecoturismo no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2005. PP. 131-152.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais estaduais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Economia do turismo cresce no Brasil**. Disponível em <http://www.abeoc.org.br/2014/04/economia-do-turismo-cresce-no-brasil/>. Data de acesso: 21/03/2014.

NAKAGAWA, M. **Empreendedorismo na economia verde**. Disponível em <http://www.revistaecologico.com.br/noticia.php?id=1800>. Data de acesso: 25/06/2014.

PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE LANGE: **Informações gerais**. Disponível em <http://parnasainthilairelange.wordpress.com/informacoes-gerais/> Data de acesso: 21/04/2014.

TOURINHO,S.L. **Sobre a questão do sujeito em Paul Ricoeur**: Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia, Vol VI - N° 15 - Ano 2014 - ISSN 1984-9052.

VALLEJO,R.L. **Uso público em áreas protegidas: Atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão**: Anais – Uso Público em Unidades de Conservação, n. 1, v. 1, 2013 Niterói – RJ [http:// www.uff.br/usopublico](http://www.uff.br/usopublico).